



Senadores buscam solução para guerra fiscal entre estados

Projeto que pode ser votado amanhã na Comissão de Assuntos Econômicos visa manter os benefícios já concedidos a empresas para evitar um “caos jurídico e econômico”

Zaqueu Proença/Présidium de Sorocaba (SP)



A instalação de parques industriais vem sendo disputada pelos estados por meio da concessão de incentivos fiscais

A legalização dos incentivos fiscais para atrair a instalação de empresas pode passar a ser tarefa dos próprios estados que os concederam, ser for aprovado o texto que deve ser

analisado amanhã pela Comissão de Assuntos Econômicos. Substitutivo do relator, Luiz Henrique, também reduz o quórum dos representantes dos estados para autorização de novos benefícios. **3**

ARQUIVO **S**



Arquivo ABr

A bandeira da Praça dos Três Poderes, que tem 280 metros quadrados

Bandeira nacional sofreu rejeição nos primórdios da República

Documentos do Arquivo do Senado mostram que diversos projetos de lei tentaram desfigurar a bandeira, criada há 125 anos. A principal crítica era aos dizeres “Ordem e progresso”, por serem

um dos lemas da Igreja Positivista. O **Jornal do Senado** revela que dois esboços originais da bandeira, desenhados em novembro de 1889, acabam de ser descobertos no Rio. **4**

Jefferson Rudy/Agência Senado



Estudantes do 9º ano do ensino fundamental e da 1ª e 2ª séries do ensino médio participaram no fim de semana, no Auditório do Interlegis, da Simulação Nacional da ONU SEB. A iniciativa, desenvolvida pelo grupo educacional SEB, em parceria com a Internationali Negotia, consiste na simulação de debates realizados em fóruns internacionais. Os alunos fazem o papel de delegados de países e discutem questões da atualidade propostas para o encontro. Órgão do Senado, o Interlegis tem a função de integrar o Poder Legislativo nos níveis municipal, estadual e federal.

Comissão vai debater crédito rural amanhã

Os presidentes do Banco do Brasil e do BNDES estão entre os convidados que vão debater a política de crédito rural amanhã na Comissão de Agricultura. **2**

Sessão especial comemora 100 anos de Lupicínio Rodrigues **2**

ACONTECEU NO SENADO



Jefferson Rudy/Agência Senado

Plenário acatou também ampliação do combate ao câncer de próstata

Senado aprova MPs na retomada após eleições

A desoneração da folha para 59 setores e o reajuste salarial para servidores da Polícia

Federal e do Inbra destacaram-se na atividade do Senado na semana seguinte às eleições. **3**

NOVEMBRO AZUL: TROQUE O PRECONCEITO PELA PREVENÇÃO

O câncer de próstata é a segunda causa de morte entre os homens no Brasil, atrás apenas das doenças cardíacas. Por isso o Congresso Nacional apoia e participa do Novembro Azul - campanha mundial de conscientização dos homens para a necessidade da prevenção à doença. O exame de próstata não tira a masculinidade de ninguém e o diagnóstico precoce aumenta muito as chances de cura. Troque o preconceito pela prevenção e viva com mais saúde.

Senado faz homenagem ao cantor Lupicínio Rodrigues

Sessão especial hoje comemora 100 anos de nascimento do cantor e compositor gaúcho. Requerimento para a homenagem foi assinado por Ana Amélia, Paulo Paim e Pedro Simon, entre outros senadores

O SENADO VAI homenagear hoje, a partir das 11h, em sessão especial, o centenário do cantor e compositor gaúcho Lupicínio Rodrigues, autor de canções como *Felicidade*, *Nervos de Aço* e *Se Acaso Você Chegasse*.

Lupicínio nasceu em Porto Alegre, no dia 16 de setembro de 1914. Começou a compor ainda na adolescência e, muito cedo, deixou aflorar seu lado boêmio. Lupi, como era conhecido desde criança, é tido como o criador da expressão dor de cotovelo, que, graças a ele, passou a designar um estilo de canção que trata das desilusões amorosas, temática central de suas composições.

As músicas, autobiográficas ou inspiradas em histórias de amigos, conquistaram fãs em todo o Brasil, em especial na terra natal do cantor, que



Lupicínio conquistou fãs em todo o país com canções sobre desilusão amorosa

Lupicínio nunca abandonou.

Os requerimentos para a sessão foram assinados por vários senadores, entre eles, Ana Amélia (PP-RS), Paulo Paim (PT-RS) e Pedro Simon (PMDB-RS).

Lupicínio morreu em Porto Alegre, em 27 de agosto de 1974, aos 59 anos, com problemas no coração.

— Ele foi um dos composi-

res mais festejados e continua sendo, porque a morte não significa o esquecimento. As músicas são eternas e continuam sendo cantadas e interpretadas, especialmente pelos torcedores do Grêmio, porque ele foi o autor do hino do clube — lembrou a senadora.

Ouçá ou programa na Rádio Senado:
• <http://bit.ly/Lupicinio01>
• <http://bit.ly/Lupicinio02>

Fleury pede ajuda para pequenos produtores do Centro-Oeste



O senador Fleury (DEM-GO) defendeu, na sexta-feira, os pequenos produtores rurais do Centro-Oeste. O senador pediu um esforço do governo para dar a eles melhores moradias e prorrogar o pagamento das dívidas do setor.

Segundo Fleury, no Brasil central, os pequenos produtores têm más condições de vida nas propriedades. Ele disse que é graças à aposentadoria rural que os pequenos produtores do Centro-Oeste ainda não deixaram o campo.

— Se não fosse a aposentadoria, nós teríamos um maior êxodo rural. Porque eles recebem e produzem ali para a sobrevivência, não para a renda. Para comprar, eles precisam da aposentadoria — disse.

Valdir Raupp: “Brasil vai bem, mas muito ainda precisa ser feito”



Lembrando que o Brasil é o maior produtor mundial de soja, o segundo de minério de ferro e o terceiro de bauxita e manganês, Valdir Raupp (PMDB-RO) fez, na sexta-feira, uma análise da conjuntura do país. Mesmo reconhecendo que o Brasil já avançou bastante, ele ressaltou que muito ainda precisa ser feito.

— Não quero que pensem que esse otimismo é exagerado. Sabemos que muito há para ser feito. O Brasil quer crescer, mas o caminho do crescimento nem sempre é fácil. Embora haja vontade política para mudar a situação, e os primeiros resultados começam a aparecer, é preciso priorizar, e o governo federal e o de Rondônia têm feito isso — disse.

Gleisi elogia projeto contra bullying em escolas de Curitiba



Em discurso na sexta-feira, Gleisi Hoffmann (PT-PR) apresentou voto de aplauso ao Projeto Bullying Não É Brincadeira, desenvolvido pela Secretaria de Educação de Curitiba.

Conforme contou, a secretaria promove nas escolas debates sobre o tema e atividades lúdicas para ampliar a conscientização sobre o sofrimento gerado por brincadeiras que ofendem e apelidos que ressaltam negativamente uma característica do colega.

Como exemplo, Gleisi citou a Escola Municipal Piratini, no bairro do Pinheirinho, na qual os alunos criaram uma “vacina antibullying”, na verdade uma gota de suco de laranja, oferecida em meio aos debates e relatos de vítimas.

Comissão avalia políticas públicas sobre crédito rural

A Comissão de Agricultura (CRA) debaterá amanhã, às 8h30, a importância do Sistema Financeiro Nacional para o crédito agrícola. A audiência está prevista no plano de trabalho da comissão para a avaliação de políticas públicas no que diz respeito ao planejamento, execução e controle do crédito rural.

Entre os convidados, estão os presidentes do Banco do Brasil, Aldemir Bendine, e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Luciano Coutinho.

A avaliação de políticas públicas no Senado é resultado da Resolução 44/2013, oriunda de projeto do presidente da Casa, Renan Calheiros.

CORREÇÕES

Na reportagem “Prazo para fim de lixão pode ser estendido a 2016” (pág. 5, 31/10), o valor correto do custo anual de operação de um aterro sanitário é entre R\$ 2,27 milhões e R\$ 23,07 milhões. No texto “Proposta de emenda constitucional retira auxílio-reclusão dos beneficiários previdenciários” (pág. 7, 31/10), R\$ 971,78 não são o teto do benefício. Na verdade, a família do segurado fica sem o auxílio se, na época da prisão, ele receber salário acima daquele valor. A reportagem corrigida está em <http://bit.ly/auxilio-reclusao>.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



SEGUNDA

PLENÁRIO Lupicínio Rodrigues

11h Sessão especial celebra centenário de nascimento do compositor Lupicínio Rodrigues. Às 14h, sessão plenária.

PRESIDÊNCIA Sessão especial

11h Participa da sessão sobre 100 anos de nascimento de Lupicínio Rodrigues e, às 17h, da sessão solene do Congresso pelos 26 anos do Dia Nacional de Combate ao Câncer.

CONGRESSO Combate ao câncer

17h Comemoração dos 26 anos do Dia Nacional de Combate ao Câncer. O evento integra as atividades do movimento Novembro Azul.

CRA Crédito rural

8h30 Audiência pública analisa a importância do Sistema Financeiro Nacional para o crédito agrícola no Brasil.

CCT Banda larga

8h30 Audiência pública para avaliar o Plano Nacional de Banda Larga.

CMA Descarte de medicamentos

8h30 Colegiado analisa o PLS 148/2011, que disciplina o descarte de medicamentos de uso humano ou veterinário.

CAE Incentivos fiscais

10h Comissão sabatina Pablo Renteria para o cargo de diretor da CVM e analisa projeto sobre convalidação de incentivos fiscais.

CE Professores

11h Analisa o PLS 292/2012, que obriga a reciclagem de professores de educação básica e superior públicas a cada seis anos.

MEDIDA PROVISÓRIA MP 652/2014

14h30 Comissão faz audiência pública para instruir a MP 652/2014.

CMO Relatório preliminar da LDO

14h30 Comissão Mista de Orçamento vota relatório preliminar à LDO para 2015.

CAS Formação de atletas

9h Comissão discute o PLC 106/2013, que incentiva a formação de jovens em áreas relacionadas à gestão e à prática esportiva.

CDR Destinos turísticos

9h Debate sobre a estruturação dos destinos turísticos brasileiros tem participação de representantes do Ministério do Turismo.

CPMI DA PETROBRAS Convocações

14h30 Vota requerimentos. Entre eles, pedidos de convocação de autoridades.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 11h, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, **sessão especial em homenagem a Lupicínio Rodrigues**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana

Segundo-vice-presidente: Romero Jucá

Primeiro-secretário: Flexa Ribeiro

Segunda-secretária: Ângela Portella

Terceiro-secretário: Ciro Nogueira

Quarto-secretário: João Vicente Claudino

Suplentes de secretário:

Magno Malta, Jayme Campos, João Durval, Casildo Maldaner

Diretor-geral e secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Davi Emerich

Diretor-adjunto: Flávio de Mattos

Diretor de Jornalismo: Eduardo Leão

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Marco Antonio Reis

Diretor-adjunto: Flávio Faria

Coordenação de Cobertura: Nelson Oliveira

Coordenação de Edição: Sílvio Burtle

Coordenação de Multimídia: James Gama

Site: www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição: André Falcão, Laércio Franzone, Marina Domingos e Ricardo Westin

Diagramação: Beto Alvim, Ronaldo Alves e Wesley Moura

Revisão: Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira, Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Comissão tenta votar texto para o fim da guerra fiscal

Para evitar que incentivos já dados a empresas sejam considerados inconstitucionais, relator quer levar os próprios estados a legalizarem os benefícios. Quórum para concessão de novos incentivos pode ser reduzido

A COMISSÃO DE Assuntos Econômicos (CAE) deve fazer amanhã nova tentativa de votar uma possível solução para a guerra fiscal entre os estados. Em vez de convalidar os incentivos fiscais sobre o ICMS para empresas, como era previsto no Projeto de Lei do Senado (PLS) 130/2014 — Complementar, de Lúcia Vânia (PSDB-GO), o substitutivo apresentado pelo relator, Luiz Henrique (PMDB-SC), transfere para os próprios estados a tarefa de legalizar os benefícios.

A votação do projeto enfrenta resistências. Eduardo Suplicy (PT-SP), por exemplo, apresentou voto em separado pela rejeição da proposta, sob argumento de que a solução da guerra fiscal exige medidas amplas, como a redução gradual das alíquotas interestaduais de ICMS e mecanismos consistentes de desenvolvimento regional.

Um fator que pode acelerar a decisão da CAE e do Plenário, explicou Luiz Henrique, é a possibilidade de o Supremo Tribunal Federal (STF) colocar em pauta, em novembro, a Proposta de Súmula Vinculante 69, que considera inconstitucionais os incentivos concedidos sem prévia aprovação do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz).



Relatório de Luiz Henrique tem oposição de senadores paulistas, como Suplicy

O substitutivo reduz o quórum para deliberação do Confaz, hoje dependente da unanimidade dos 27 secretários estaduais de Fazenda. O convênio para a convalidação, segundo o texto, poderá ser assinado com votos favoráveis de dois terços das unidades federadas e um representante do Sul, outro do Sudeste e um do Centro-Oeste, mais dois do Norte e três do Nordeste.

“Caos” econômico

Com a edição da súmula vinculante pelo STF, os incentivos fiscais já concedidos cairiam automaticamente, sem necessidade de ação na Justiça. Para Luiz Henrique, isso seria a instauração de um verdadeiro caos jurídico e econômico. Segundo o senador, as empresas poderão ser obrigadas a pagar o valor das vantagens tributárias recebidas



no passado e que, muitas vezes, foram empregadas em empreendimentos financiados com os incentivos estaduais ou repassadas aos preços de produtos e serviços, reduzindo-os.

— Grande parte das empresas não teria como pagar essa conta — afirmou o senador.

Luiz Henrique observou que projetos desenvolvidos em regiões distantes dos grandes centros com o auxílio de incentivos estaduais poderiam ser descontinuados por falta de condições de competir com empresas estabelecidas em locais mais próximos ao mercado, em virtude dos maiores custos envolvidos.

Antes de votar o projeto sobre incentivos fiscais, a CAE vai sabatar Pablo Waldemar Renteria, indicado pela presidente Dilma Rousseff para a diretoria da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Ana Amélia destaca campanhas de combate ao câncer

A importância de campanhas para prevenção ao câncer, como Outubro Rosa e Novembro Azul, foi destacada por Ana Amélia (PP-RS) na sexta-feira, no Plenário.

Em outubro, o Congresso e outros prédios públicos do país ganharam iluminação rosa para alertar sobre a importância da prevenção do câncer de mama. Hoje, uma sessão especial vai marcar o início da campanha Novembro Azul, de conscientização sobre o câncer de próstata, que iluminará o Congresso em azul.

— Graças ao engajamento da sociedade, como palestras e exames gratuitos, e da relevante mediação do Senado, as mobilizações deste ano permitiram importantes avanços sobre a regulamentação da Lei 12.732/2012 — disse.



Paim pede correção da tabela do Imposto de Renda

Paulo Paim (PT-SP) defendeu a correção da defasagem na tabela do Imposto de Renda. Conforme afirmou o senador, os trabalhadores enfrentam prejuízos por uma defasagem de 62%, acumulada entre 1996 e 2013, resultado da diferença entre as correções feitas na tabela e a inflação no período.

O parlamentar reconheceu que o reajuste terá impacto sobre os orçamentos da União, dos estados e dos municípios, que partilham os recursos arrecadados, mas apelou por um entendimento.

— Vimos que os interesses dos trabalhadores e os dos entes federados podem ser conflitantes, mas estou certo de que, com muito diálogo, haveremos de chegar a um número consensual que reponha ao trabalhador o que ele tem de direito e que perdeu — disse.



Figueiró quer saber sobre extra por gás boliviano

Ruben Figueiró (PSDB-MS) pediu na sexta-feira explicações à Petrobras e ao Ministério de Minas e Energia sobre o pagamento à Bolívia, em setembro, de US\$ 434 milhões, sem previsão contratual, pelo fornecimento de gás com componentes nobres que não são utilizados no Brasil.

O “extra”, calculado de maneira retroativa no período entre 2008 e 2013, foi pago em setembro pela estatal para atender um antigo pedido do presidente Evo Morales. O governo boliviano argumenta que o chamado gás rico tem composição capaz de gerar mais energia.

Mas, segundo Figueiró, esses componentes não têm utilidade para a Petrobras, por não haver ao longo do Gasoduto Brasil-Bolívia uma planta separadora dos produtos.



ACONTECEU NO SENADO

Vários projetos aprovados na retomada dos trabalhos

Senadores tiveram agenda lotada na semana pós-eleição

Agentes, escrivães e papiloscopistas da Polícia Federal, além de peritos agrários do Incra, acompanharam na terça-feira a aprovação da MP 650/2014, que concede reajuste às categorias. Na quarta, os senadores aprovaram a desoneração da folha de 59 setores e a abertura de nova etapa do Refis da Crise (MP 651/2014).

Em decisão final, também na quarta, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) aprovou regras para

criação e organização das empresas juniores (PLS 437/2012).

No dia seguinte, a Comissão de Relações Exteriores acatou o projeto (PLS 332/2011) que concede pensão vitalícia de dois salários mínimos mensais aos ex-combatentes da tropa brasileira conhecida como Batalhão Suez. Já o PLS 34/2005, que fortalece o Programa Nacional de Controle do Câncer de Próstata, passou por votação em Plenário e vai à sanção presidencial.



Senadores votam durante sessão deliberativa do Plenário, na quarta-feira

REFORMA POLÍTICA GERA POLÊMICA ENTRE SENADORES

A intenção da presidente Dilma de fazer uma reforma política por meio de plebiscito gerou polêmica. Uma parte dos senadores concorda com o mecanismo, que é uma consulta popular em que eleitores opinam sobre questões a serem reguladas pelo Congresso.

Outro grupo defende o referendo, con-



Para Renan, modelo político está falido

sulta feita a partir de uma lei aprovada pelo Legislativo. O presidente do Senado, Renan

Calheiros, é a favor do referendo, mas entende que o essencial é a convergência de todos sobre a necessidade de mudar o sistema.

Em outra polêmica — o fortalecimento dos conselhos populares pelo governo —, Renan disse que o Senado deverá confirmar decisão da Câmara e barrar o decreto presidencial sobre o tema.

RENAN DIZ QUE SENADO NÃO TERÁ “PAUTA-BOMBA”

O presidente do Senado, Renan Calheiros, afirmou que a instituição não votará propostas que comprometam o equilíbrio das contas públicas. — Não haverá pauta-bomba no Senado. Temos uma aliança e ela vai preponderar haja o que houver. Mas aliança não significa pensar igualmente sobre tudo — explicou.

O senador destacou a necessidade de um entendimento entre Congresso e Executivo na criação de uma agenda nacional que leve em conta os interesses do país. Para ele, passadas as eleições, é hora de esfriar os ânimos e construir convergências.

AVANÇA PROJETO QUE INOVA LEI DE DROGAS

Projeto que traz inovações à Lei de Drogas (PLC 37/2013) foi aprovado pela CCJ, na quarta-feira. Uma das mudanças indica um parâmetro mínimo de porte de droga para diferenciar usuário e traficante. Outra permite a importação de remédios à base de canabinoides. As alterações ainda serão analisadas por mais quatro comissões.

CPI DA PETROBRAS DEVE PRORROGAR TRABALHOS



o diretor de Abastecimento da estatal, José Carlos Cosenza (foto), disse em depoimento que, em 38 anos de empresa, nunca ouviu falar de pagamento de propina a funcionários. Já a Comissão de Relações Exteriores aprovou audiência pública com a presidente da Petrobras, Graça Foster. Nesse caso, para falar sobre pagamento extra à Bolívia pelo fornecimento de gás.

A CPI Mista da Petrobras deve prorrogar os trabalhos para 22 de dezembro. Na quarta-feira,

o diretor de Abastecimento da estatal, José Carlos Cosenza (foto), disse em depoimento que, em 38 anos de empresa, nunca ouviu falar de pagamento de propina a funcionários. Já a Comissão de Relações Exteriores aprovou audiência pública com a presidente da Petrobras, Graça Foster. Nesse caso, para falar sobre pagamento extra à Bolívia pelo fornecimento de gás.

CONFIRA SELEÇÃO DE FOTOS NO PORTAL SENADO NOTÍCIAS

As melhores fotos do dia a dia do Legislativo, selecionadas pela Agência Senado, incluem ex-combatentes do Batalhão Suez, aeronautas na Comissão de Assuntos Sociais e policiais federais nas galerias do Plenário.

www.senado.leg.br/noticias



O quadro *Pátria*, pintado por Pedro Bruno em 1919, mostra mulheres costurando a bandeira do Brasil

Bandeira nacional enfrentou resistências até ser aceita

Ao longo das primeiras décadas da República, vários projetos de lei tentaram desfigurar o modelo atual, feito em 1889. Principal crítica era aos dizeres “Ordem e progresso”, lema da Igreja Positivista

Ricardo Westin

QUATRO MESES ATRÁS, a bandeira verde e amarela se multiplicava pelo Brasil. Era plena Copa do Mundo e ela surgia nos muros, nos carros, nas roupas, nas janelas das casas. Poucas imagens conseguem ser tão fortes a ponto de mexer com a emoção dos brasileiros. Nem sempre foi assim. A bandeira, criada há 125 anos, levou décadas até cair de vez no gosto do país.

Em 19 de novembro de 1889, quatro dias após o golpe que enterrou a monarquia, o presidente Deodoro da Fonseca assinava um decreto com a descrição da sucessora da bandeira imperial. É por isso que o Dia da Bandeira se festeja em 19 de novembro. O modelo era praticamente idêntico ao atual. Em vez das 27 estrelas de hoje, havia 21 — o número dos estados de então mais a capital do país.

Documentos guardados no Arquivo do Senado mostram que as críticas não tardaram. Em dezembro de 1890, um mês após a abertura do Congresso Constituinte, encarregado de aprovar a Constituição da República, o deputado Francisco Coelho

Duarte Badaró (MG) subiu à tribuna para queixar-se:

— Na bandeira se encontra um atentado contra as nossas tradições. Criminosamente lançaram nela um dístico que não quadra com as nossas ideias, que pertence a uma seita absurda.

Badaró se referia aos dizeres “Ordem e progresso”. Trata-se da máxima do positivismo, mistura francesa de religião com filosofia bastante em voga entre os militares que destronaram dom Pedro II. Para o deputado, era inadmissível a menção à “seita”:

— Essa provocação tem impedido que o povo brasileiro, desde as primeiras até as últimas camadas, corra a abraçar a bandeira.

Lei e liberdade

Desde então, apareceram vários projetos de lei querendo redesenhar a bandeira, quase todos apagando a legenda. Argumentava-se até que os embaixadores passavam vergonha, pois eram insistentemente questionados se o positivismo havia virado a religião do país — com a República, o Estado tornou-se laico e o catolicismo perdeu o status oficial.

— Tão antinacional divisa impopulariza a República. É uma provocação aos cristãos, à quase unanimidade da população do Brasil — criticou o senador Coelho Rodrigues (PI) em 1896, ao apresentar uma proposta que trocava “Ordem e progresso” por “Lei e liberdade”.

Nenhum projeto do tipo, porém, conseguiu prosperar.

Segundo o consultor legislativo do Senado Joanisval Gonçalves, especialista em relações exteriores, a bandeira só começaria a vencer as resistências em 1922, quando os festejos do centenário da Independência despertaram uma onda de patriotismo.

— A bandeira precisou de tanto tempo para ser aceita porque a própria República não era consenso. O regime foi implantado sem o respaldo da população. Ao longo das primeiras décadas, havia muita gente desejando a volta da monarquia — explica.

Santos Dumont, o criador do avião, pregava a restauração. Ele, que era próximo da família imperial, voava com uma flâmula verde e amarela atada a suas invenções, e não com a bandeira republicana.

O modelo atual é, na re-

Esquecidos por 125 anos, desenhos originais são encontrados no Rio

Dois papéis históricos de valor inestimável acabam de ser descobertos no Rio. São os rascunhos que deram origem à bandeira do Brasil, riscados pelo engenheiro Raimundo Teixeira Mendes em novembro de 1889, após a Proclamação da República.

Em ambos os papéis se veem a esfera, as estrelas e os dizeres “Ordem e progresso”. O primeiro é um papel milimetrado, que permitiu a Teixeira Mendes posicionar e dimensionar cada estrela com precisão. O segundo é um papel vegetal, onde estão os traços definitivos.

Os desenhos estavam na centenária Igreja Positivista, no bairro da Glória, esquecidos dentro de uma caixa. Foram descobertos por acaso, quando se limpavam os armários do último presidente da igreja, que morreu em julho. Os papéis estão nas mãos de restauradores. Quando o trabalho terminar, serão expostos ao público.

— Encontramos um tesouro que pertence a todos os brasileiros — afirma o atual presidente da Igreja Positivista, Alexandre Martins.

O material estava na igreja

porque o positivismo exercia forte influência sobre os republicanos brasileiros do final do século 19. Criado pelo francês Auguste Comte, o positivismo usa a ciência para explicar o mundo. Hoje ultrapassada, essa visão era vanguardista para a época.

Foi o positivista Benjamin Constant, ministro da Guerra do novo regime, que aprovou o desenho de Teixeira Mendes, também positivista. Amor, ordem e progresso formavam o tripé da religião.

Os desenhos recém-descobertos serviram de base para uma pintura a óleo, também de 1889, do artista Décio Villares, outro seguidor da igreja. Foi o molde para que as costureiras confeccionassem as primeiras bandeiras. A pintura ficou exposta na Igreja Positivista até 2010, quando foi roubada. Parte do telhado havia desabado, o que permitiu a entrada dos ladrões. A Polícia Federal e a Interpol foram acionadas, mas a obra até hoje não foi recuperada.

Veja os dois desenhos recém-descobertos e a pintura roubada: <http://bit.ly/imagensBandeira>

alidade, uma adaptação da bandeira do Império, que havia sido desenhada por dom Pedro I em 1822, logo depois da Independência. No lugar do círculo azul, repousava o brasão da monarquia.

O verde e o amarelo não foram uma escolha aleatória nem tinham o ingênuo objetivo de representar as matas e o ouro. O verde remete ao próprio dom Pedro I — é a cor da família Bragança, que reinava em Portugal. O amarelo, à sua primeira mulher, a austríaca Leopoldina — é a cor da dinastia de Habsburgo, que governava a Áustria. O losango, além disso, é a figura geométrica tradicionalmente feminina. De qualquer forma, o imperador não rechaçava a versão que enaltecia as riquezas naturais do país.

Em 15 de novembro de 1889, proclamada a Repú-

ca, os novos donos do poder correram para eliminar os símbolos do Império. A bandeira escolhida no mesmo dia foi uma imitação dos Estados Unidos, porém verde e amarela. Ela viajou hasteada no navio que levou dom Pedro II para o exílio. Ante a indignação generalizada, resistiu só quatro dias.

Uma gigantesca bandeira nacional pende continuamente no mastro da Praça dos Três Poderes, em Brasília. Feita de náilon paraquedas, ela tem 20 metros de comprimento e 14 metros de altura. São 280 metros quadrados. Desde 2000, uma empresa de Cascavel (PR) confecciona a bandeira, que é trocada todo mês. Diz Sérgio Tomasetto, proprietário da fábrica:

— Grande parte das bandeiras tem o preto e o vermelho, que indicam que o país enfrentou guerra. A nossa, não. O verde e o amarelo formam uma combinação singular, que torna a nossa bandeira bela, emocionante e inconfundível.



As bandeiras sempre tiveram verde e amarelo: a de 1822, desenhada por dom Pedro I; a provisória da República, copiada dos EUA; e a atual, que tem 125 anos

O consultor legislativo do Senado Joanisval Gonçalves explica a origem da bandeira nacional: <http://bit.ly/arquivoSBandeira>

A seção Arquivo S, resultado de uma parceria entre o Jornal do Senado e o Arquivo do Senado, é publicada na primeira segunda-feira de cada mês.